



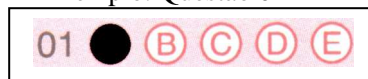
PROVA OBJETIVA
ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO ADJUNTO – PROFESSOR SUBSTITUTO DE EDUCAÇÃO
BÁSICA FUNDAMENTAL – 6º AO 9º ANO - HISTÓRIA

NOME: _____
Nº INSCR. _____

INSTRUÇÕES

- 1- Preencha com caneta e de maneira legível os dados de **IDENTIFICAÇÃO** solicitados no Caderno de Prova (Nome Completo e Número de Inscrição) e assine o Cartão de Resposta.
- 2- Verifique se a sequência da numeração das folhas do Caderno de Prova está correta (26 páginas). **Após a orientação do fiscal sobre a conferência da prova, este não será substituído sob qualquer alegação.**
- 3- A **PROVA OBJETIVA** contém **50 (cinquenta)** questões objetivas, com **04 (quatro) alternativas (A, B, C e D)**, valendo **1,80 (um ponto e oitenta décimos)** cada, devendo o candidato obter no **mínimo 60% de acerto** para ser aprovado.
- 4- No Cartão de Respostas, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas. Conforme modelo abaixo.

Exemplo: Questão 01 - A



- 5- O **Cartão de Resposta** será o **único documento válido para correção** e **NÃO** será substituído em hipótese alguma, salvo se detectado erro ocasionado pela coordenação do Concurso.
- 6- **NÃO RASURE** o Cartão de Resposta e **NÃO MARQUE MAIS DE UMA ALTERNATIVA**, caso contrário, o cartão ou a questão poderão ser **ANULADOS**. Evite deixar questões sem respostas.
- 7- Para o correto preenchimento do Cartão de Resposta aguarde a orientação do fiscal.
- 8- Não faça perguntas aos examinadores, a interpretação das questões faz parte da Prova.
- 9- No decorrer da Prova não será permitida qualquer espécie de consulta bem como qualquer comunicação externa e interna e entre os candidatos.
- 10- A Prova terá duração de **03 (três) horas** e ao terminá-la entregue ao fiscal o Caderno de Prova completo, juntamente com o Cartão de Resposta.
- 11- A saída de sala só poderá ocorrer depois de decorrida 01 (uma) hora de início da prova. A não observância desta exigência acarretará a exclusão do Concurso.
- 12- O candidato que permanecer na sala de prova até 01 (uma) hora antes de seu término, poderá levar consigo o Caderno de Prova.
- 13- O gabarito será publicado no dia **29/09/2015**, e o resultado da **PROVA OBJETIVA** a partir do dia **27/10/2015** no Diário Oficial de Bauru.

01		26	
02		27	
03		28	
04		29	
05		30	
06		31	
07		32	
08		33	
09		34	
10		35	
11		36	
12		37	
13		38	
14		39	
15		40	
16		41	
17		42	
18		43	
19		44	
20		45	
21		46	
22		47	
23		48	
24		49	
25		50	



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Recursos Humanos



Prefeitura Municipal de Bauru

Concurso Público para o cargo de Especialista em Educação Adjunto – Professor Substituto de Educação Básica Fundamental – 6º ao 9º ano - HISTÓRIA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

01) A partir da redefinição do que seja um documento histórico, a diversidade de fontes usadas, em dias atuais, nas pesquisas históricas, propicia o contato com vários olhares e acepções sobre o passado. O uso destas novas perspectivas possibilita ao educador explorar diferentes fontes de informação como material didático, com o objetivo de apresentar ao aluno procedimentos de pesquisa, análise, confrontação, interpretação e organização de conhecimentos históricos escolares. Assim, ao selecionar os dois documentos abaixo:

“primeiro, são reprovados os benefícios que se recebem ofendendo os homens como os receptores de taxas portuárias e agiotas. Em segundo lugar, não são livres e dignos os lucros de todos os mercenários, porque se compram seus dias de trabalho e não suas habilidades técnicas, neste caso, o próprio salário é um sinal de servidão. Ainda devem ser considerados vis aqueles que compram dos vendedores para, imediatamente, vender a outros, pois nada ganham se não enganar; nada é mais vil que a fraude. Todos os artesãos se ocupam em artes vis, porque uma oficina não pode ter nada de honesto, e ainda menos dignos de aprovação são aqueles ofícios que estão a serviço dos prazeres: comerciantes de peixe, açougueiros, cozinheiros, lingüiceiros, pescadores... perfumistas, dançarinos e todos os jogos de azar” (Cícero - *De Officiis* (Sobre as profissões), 1, XLII, 150).



A Plebe, SP, 29 abr. 1933, n. 22, p. 6. In: AZEVEDO, Raquel de. **A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002, p. 48 (Coleções Teses e Monografias, v. 3).

O professor estimula os alunos a observarem e a buscarem informações sobre essas fontes documentais, a fim de que eles sejam capazes de:



- A) Perceber que fontes documentais comprometidas com as ideologias das classes dominantes são inadequadas para a construção de um conhecimento histórico verdadeiro.
- B) Compreender que essas concepções de trabalho, que vêm da antiguidade aos dias atuais, são formadoras de identidades em todos os grupos que constituem o Brasil atual.
- C) Identificar que as histórias individuais e coletivas, que se expressam nos documentos históricos, integram-se e fazem parte da história, pondo fim às diferenças culturais que ameaçam a construção do conceito de cidadania.
- D) Interpretar indícios simbólicos como expressões de vivências e de modos de pensar contraditórios e conflitantes da realidade social e cultural representada.

02) Utilizando-se dos mesmos documentos mencionados acima e da leitura de um texto extra, o professor também discute o conceito de TRABALHO:

“Durante a Idade Média apenas o povo, isto é o subordinado, o não nobre ou clérigo, tinha por "direito" e "dever" trabalhar, só ele aprendia de facto um "ofício". As raízes profundas desta concepção remontam às bases da sociedade escravagista, em que o trabalho era tarefa própria de escravos. O trabalho, no seu sentido manual, ou "*ars mechanica*", era considerado algo degradante para o homem livre, que se preocupava com a prática das “sete artes liberais” - o *Trivium*, composto pela Gramática, Lógica e Retórica, e o *Quadrivium*, constituído pela *Aritmética*, Geometria, Astronomia e Música. Ao longo do século XVI percebe-se modificações no valor atribuído ao trabalho. Por exemplo, na estrutura social tripartida, algumas profissões adquiriram mesmo um prestígio que conferiu a os seus mestres, um estatuto no limiar da nobreza. Não foram apenas os mestres mecânicos endinheirados, mas também os de ofícios limpos como arquitetos, tabeliães, boticários, ourives, escultores, pintores de imaginária, marceneiros e outros”. (Texto de Carlos Fontes, adaptado. Disponível em: <http://educar.no.sapo.pt/histFormProf02.htm>. Acesso em jul. 2015).

Os diferentes olhares e conceitos trabalhados permitem que os alunos identifiquem a dinâmica histórica na construção do conceito. As informações discutidas possibilitam que o discente conclua que a transformação da ideia de trabalho associado à pobreza e sofrimento para uma conotação positiva de dignidade se justifica por que:

- A) O trabalho passa a ser exercido também pelas classes dominantes.
- B) Os equipamentos das manufaturas exigem trabalhadores qualificados.
- C) O trabalho é fonte de toda a produtividade e riqueza material.
- D) A doutrina calvinista justifica o trabalho como fonte de salvação.

03) Ao tratar os processos de ocupação da América pelos europeus, o professor seleciona duas análises sobre o tema:

“Com a entrada dos Europeus na América, dois processos de colonização foram desencadeados. O primeiro foi chamado de ‘colônia de povoamento’, onde o **objetivo** era desenvolver a terra com habitação, criando formas de comércio e ampliando as estruturas básicas da colônia (criação de escolas, hospitais, etc). O segundo caso é a ‘**colônia de exploração**’, na qual a metrópole tem como interesse apenas explorar os recursos naturais da colônia para enriquecer e levar todo lucro a seu país de origem. Neste caso não há preocupação com a terra colonizada”. (<http://www.infoescola.com/historia/colonias-de-exploracao/> Acesso em ago 2015).



“Decorridos cem anos do início da colonização, caso comparássemos as duas Américas constataríamos que a Ibérica tornou-se muito mais urbana e possuía mais comércio, maior população e produções culturais e artísticas mais ‘desenvolvidas’ que a inglesa. [...] Continuando nesse caminho, notamos elementos que não confirmam a ideia de exploração ou povoamento. O mundo Ibérico dá a ideia de permanência. Construir e reformar permanentemente, ao longo de três séculos, uma catedral como a da cidade do México não é atitude típica de quem quer apenas enriquecer e voltar à Europa. A epopeia incluiu a exploração mercantilista, mas não se reduzia a ela”. (Karnal, L. **Estados Unidos**. A formação da Nação. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2005, p. 17-18)

Por meio delas, são discutidas com os alunos posições historiográficas diferentes e polêmicas sobre o sentido da colonização, construídas nas últimas décadas. Esse debate pode ser resumido como:

- A) Fruto da influência da historiografia dos *Annales* no Brasil.
- B) Constatação de que o comércio colonial não gerou riquezas se comparado à exploração aurífera.
- C) Reação a interpretações imperialistas da história colonial.
- D) Ênfase maior nos processos de organização interna e menor nos de acumulação externa.

04) A seleção dos conteúdos escolares sofre a influência das tendências historiográficas e isso é possível de ser visto nos livros e em outros materiais didáticos usados em sala de aula. Ciente desta situação, o professor seleciona para análise a imagem de um busto da rainha suméria Shubad:



“Busto da rainha Shubad, de Ur, com jóias feitas pelos sumérios (2600 a. C.). As sobrancelhas eram unidas ao centro da testa com o uso do Kohl, uma espécie de lápis de olho, para formar um arco, em conformidade com o padrão de beleza da época”. (VICENTINO, C. **Projeto Radix: História** – 6º ano. São Paulo: Scipione, 2013, p. 108)



Ao refletir sobre essa imagem, os discentes concluem que a temática nela apresentada é uma influência específica:

A) Dos princípios da “história positivista”, cuja preocupação era recuperar o passado em seus mínimos detalhes e exatamente como aconteceu, como é perceptível na imagem.

B) Da chamada “história cultural”, que multiplicou os objetos de investigação dos Historiadores e que permite perceber que o corpo é constantemente investido por relações de poder e de dominação, tanto no ambiente social como no campo discursivo e das representações.

C) Da tradição marxista clássica, que abandonou o culto dos “grandes homens” e se preocupa com as estruturas econômicas e os conflitos entre as classes sociais, demonstrados nos acessórios feminino.

D) Da história narrativa preconizada pela “escola metódica”, cuja crença na veracidade do documento permitia uma leitura desconectada de interferências ideológicas e isenta de equívocos.

05) Uma visão herdeira dos ideais aristocráticos das elites européias e brasileiras muitas vezes é adotada em livros didáticos, apresentando alguns povos como prova a superioridade de uns poucos e a inferioridade de muitos. Os modelos interpretativos correntes são normativos e holísticos, como se houvesse uma única cultura “grega”, “romana” ou “brasileira”, cujos preceitos seriam forjados pelos grupos abastados e aceitos pelas “massas”. Ao deparar-se com essa situação em livros didáticos, o professor deve considerar as alternativas abaixo, **EXCETO**:

A) O livro didático de História não precisa ser utilizado como “muleta” para a efetivação da ação docente. Sua importância, no que tange ao auxílio ao professor pode parecer óbvia, porém, um livro não fala por si, tendo em vista que, ao realizarmos uma leitura interna mais profunda, perceberemos uma série de elementos que envolvem sua produção.

B) A correta mediação realizada pelo professor/historiador é imprescindível, e acontecerá de maneira mais proveitosa se esse detiver domínio sobre os métodos e técnicas relativos à pesquisa histórica, aplicando-os com o objetivo de ajudar a desenvolver consciência histórica junto a seus alunos em salas de aula de História.

C) Ter como parâmetro a forma de produção do conhecimento histórico para a produção do conhecimento histórico escolar significa trabalhar com os alunos os conteúdos destacados nos livros, frutos do conhecimento científico e do importante papel do professor em transmiti-los, em consonância com o estabelecido no ensino-aprendizagem de História.

D) O profissional de História deve demonstrar essas ligações – do passado com o presente – e, embora não deva instituir uma como verdade única, precisa ter claro que a memória influencia a história e a história influencia a memória. Por outro lado, o pesquisador e o professor de História precisam refletir, conhecer narrativas, confrontá-las, interpretá-las e compreendê-las.



06) A fim de discutir as possibilidades de participação política e de cidadania no início da república brasileira, o professor confronta o Artigo 70 da Constituição de 1891 com uma charge sobre o tema:

“São eleitores os cidadãos maiores de 21, que se alistarem na forma da lei.

Inciso 1º: Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais, ou para as dos Estados:

1º - Os mendigos;

2º - Os analfabetos;

3º - As praças de **pret**, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;

4º - Os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra, ou estatuto, que importe a renúncia da liberdade individual;

Inciso 2º: São inelegíveis os cidadãos não-alistáveis”

(Castro, Terezinha, **História documental do Brasil**, Rio de Janeiro: Record, 1968)



Charge República Velha, por Natália Passos. Disponível em:

<https://www.google.com.br/search?q=charges+da+república&client>. Acesso em 10 ago 2015.

Sobre as formas de participação política nas primeiras décadas da República, é **CORRETO** que os alunos reflitam que:

A) Com a possibilidade de interferir no governo através do voto, uma ampla campanha popular fez com que a população pobre participasse efetivamente da política representativa.

B) A participação efetiva dos trabalhadores pobres acontecia muito mais nas revoltas urbanas do que na política representativa.

C) Os ex-escravos e os trabalhadores pobres permaneciam à margem do processo político e jamais encontraram uma forma de organização e reivindicação.

D) Os primeiros governos republicanos procuravam integrar a população de ex-escravos ao processo político, o que gerou grandes revoltas populares.

07) “A importância das imagens como recurso pedagógico tem sido destacada há mais de um século por editores e autores de livros escolares e História. (...)”



“Ver as cenas históricas” era o objetivo fundamental que justificava, ou ainda justifica, a inclusão de imagens nos livros didáticos em maior número possível, significando que as ilustrações concretizam a noção altamente abstrata de tempo histórico”.

(Bittencourt, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens In: ____ **O Saber Histórico na sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 77)



Provavelmente o casal *Terentius Neo* e sua mulher. Pompéia romana, Casa VII, 2, 6. (Cantarella, Eva, **Pompei**. I volti dell'amore. 2 ed. Milano: Mondadore, 1999, p. 26.)

Ao considerar o texto de Bittencourt e o uso dessa pintura da antiguidade romana, o professor pode:

- A) Destacar que a obra ilustra a importância da escrita para a elite romana, comprovada pelo registro de época encontra no sítio arqueológico da Pompéia romana.
- B) Construir a aula teórica a partir da cena, considerando-a uma reprodução fiel do fato histórico para identificar a igualdade entre homens e mulheres e o conhecimento da escrita romana por ambos.
- C) Analisar o contexto histórico da produção e reconhecer na pintura a representação de pessoas de classes sociais menos elevadas, perceptível na ausência de adereços, e nos sinais da importância que a familiaridade com a escrita e a leitura sugere ter também no nível da representação desse espaço social.
- D) Utilizar a imagem como elemento ilustrativo da aula, exaltando o ideal da escrita e da leitura latina por populares, mas sem conexão com a verdade histórica devido a ausência de documentos que o comprovem.

08) “Os livros escolares (...) são em geral escritos num espírito maniqueísta, seguindo as clássicas antíteses os bons e os maus, os heróis e os covardes, os santos e os bandidos. Via de regra, não se empregam nesses compêndios as cores intermediárias, pois seus autores parecem desconhecer a virtude dos matizes e o truísmo de que a História não pode ser escrita apenas em preto e branco”. (Érico Veríssimo. Citado por L. Karnal. **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2005).



Ao discutir o texto de Veríssimo, o professor pode citar outros exemplos que coadunam com a perspectiva dualista criticada:

A) Os “pais peregrinos” (*pilgrim fathers*) são os fundadores do que mais tarde seria os Estados Unidos. Compostos por anglo-saxões brancos e protestantes (WASPs), principalmente puritanos e quakers, formaram o contingente responsável pela colonização americana.

B) O deserto do Saara era, como ainda é, habitado por uma variedade de povos nômades, que o conheciam muito bem. Esse conhecimento fazia deles os guias que tornavam possível o trânsito de pessoas e produtos por região tão inóspita. O camelo (...) passou a ser usado com mais frequência somente a partir do século IV de nossa era.

C) Considerado Fundador de Santiago do Chile, Pedro de Valdivia foi representado em uma estátua equestre localizada no Palácio das Armas. Construída em 1541, o cavalo não possui rédeas, o que simbolicamente representa a dificuldade dos espanhóis na conquista da região, em particular sobre a etnia Mapuche.

D) A guerra movida contra os astecas chama atenção o papel que desempenharam nela os espanhóis, e em especial Hernán Cortez. Com suas armas poderosas, estratégia eficiente, e tirando partido do espírito supersticioso dos astecas, um grupo reduzido de espanhóis derrotou seus milhares de guerreiros. Relatos indígenas destes acontecimentos apontam para uma realidade diversa e destacam a importância da política de alianças para o domínio espanhol.

09) Para tratar da construção do povo grego, o professor trabalha com os alunos a frase: “Os gregos forjaram uma unidade cultural básica, mas não deixaram de ser influenciados por outros povos e culturas” (Funari, Pedro Paulo, **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 20) e um mapa sobre a composição étnica da Grécia Antiga:





Por meio dessa análise, os alunos escolhem a alternativa que evidencia elementos comuns presentes na diversidade da organização política e cultural das Cidades-Estado gregas:

- A) Democracia, conselho de anciãos, escrita grega.
- B) Literatura, participação política, comércio.
- C) Militarismo, produção agrícola, democracia.
- D) Língua grega, politeísmo, regimes políticos diversos.

10) Na transposição do conhecimento histórico para uma situação didática, é importante o desenvolvimento de competências ligadas à leitura, à análise, à contextualização e à interpretação de diversas fontes e testemunhos de épocas passadas. Escolhendo trabalhar com fontes epigráficas, o professor seleciona duas inscrições latinas da província da Bretanha Romana:

1. Epígrafe em lápide funerária:

“Cobertos por esta terra estão: ela, que certa vez foi Élia Matrona, e que viveu vinte e oito anos e oito dias. E Marcos Júlio Máximo, seu filho, que viveu seis anos, três meses e vinte dias. E Campânia Dubitata, sua mãe, que viveu cinquenta anos. Júlio Máximo, tesoureiro sênior da ala dos Samaritanos, seu marido, erigiu este memorial para sua incomparável esposa, e para seu filho, que foi extremamente dedicado ao seu pai, e para sua mui tenaz sogra”.

2. Inscrição sobre o roubo de uma capa e túnica de banho:

“Solino para a deusa Súlis Minerva. Ofereço à tua divindade e majestade minha capa e túnica de banho. Não permita que tenha sono ou saúde aquele que me enganou, seja homem ou mulher, seja escravo ou livre, a menos que se apresente e traga tais bens ao seu templo... os filhos dele ou seus... e, quem... para ele, também... sono ou saúde... capa e o restante, a menos que tragam tais coisas ao teu templo”

(Funari, Pedro Paulo; Pinto, Renato, Inscrições latinas da província da Bretanha, **Rev. Letras Clássicas**, n. 8, p. 149-155, 2004).

Com o objetivo de desenvolver as competências acima referidas, as inscrições usadas como material didático possibilitam:

- A) Identificar os diferentes agentes sociais envolvidos na produção dos testemunhos, as motivações explícitas ou implícitas nessa produção e a especificidade das diferentes linguagens e dos suportes através das quais se expressam.
- B) Identificar a tradição historiográfica que influenciou na produção do testemunho, considerando que a pluralidade de vinculações teóricas da historiografia possibilita forjar múltiplas teorias de ensino e aprendizagem.
- C) Fazer um inventário das diferenças e das semelhanças entre nós e o passado, destacando que muito do que somos hoje é um *continuum* entre passado/presente.
- D) Identificar o testemunho de diferentes fontes de informação como material didático, que possibilita criar experiências e vivências importantes na sala de aula e permite perceber a imediata identidade entre a realidade e suas representações sociais.

11) “Comida, apartamento, carro, roupas... tudo na sociedade capitalista é uma mercadoria: tem um preço, uma estratégia de venda, pessoas que podem ou não comprá-la, etc. Em relação à cultura ocorre o mesmo. Filmes, músicas, livros também sofrem um processo de industrialização e de comercialização. Através de repetições frequentes molda-se o gosto dos



consumidores. Desta forma, o jovem brasileiro conhece melhor certas musiquetas produzidas por grupelhos inglês ou norte-americano do que clássicos da música brasileira. Da mesma maneira sabemos como se constrói um forte apache típico do oeste americano, mas não temos a menor ideia de como era uma cidade brasileira ou latino-americana do século passado.

Tudo isso ocorre porque a informação cultural transforma-se em mercadoria com etiqueta, preço e tudo. “Só o desenvolvimento de uma consciência histórica bastante crítica poderá permitir às pessoas se darem conta disso e eventualmente lutarem pelo direito à cultura desejada e não à cultura imposta”.

(Jaime Pinsky, **História da América através de textos**. SP: Contexto, 2001, p. 136)

A crítica apresentada por Pinsky pode ser estendida à tradição eurocêntrica das narrativas históricas sobre o Brasil, que por muito tempo desvalorizou a inserção da história local - do bairro, da cidade ou do estado, nos currículos escolares. A ausência destas referências geram diversos resultados, **EXCETO**:

- A) O fortalecimento da identidade nacional e social dos cidadãos brasileiros.
- B) Um processo de colonização simbólica que tem esmorecido o conhecimento dos moradores sobre os seus espaços mais próximos e levado à ausência de sentimento de pertença ao seu ambiente.
- C) A reprodução de um olhar externo que tende a tornar homogêneas as experiências vividas ou a reproduzir visões depreciativas sobre a história local.
- D) O fortalecimento do processo de globalização, uma vez que o desconhecimento do patrimônio cultural local e nacional gera absorção e sujeição dos moradores de um bairro, de uma cidade e de um estado a uma cultura de massa importada.

12) Ao investigar o conhecimento que os alunos têm do período medieval, o professor percebe que alguns alunos ainda o concebem como a Idade das Trevas. A fim de aprofundar a discussão, é proposta a leitura do seguinte texto de Le Goff:

“A Idade Média equipou a Europa. Mostrou-se conquistadora e inovadora no domínio da tecnologia, sabendo aperfeiçoar e difundir técnicas que muitas vezes lhe eram anteriores. Se é um exagero falar da revolução tecnológica, houve uma forte aceleração de um processo tecnológico até então muito lento. A Idade Média continuou a ser um mundo de madeira, mas aumentou seriamente a utilização da pedra e do ferro. [...] Os transportes terrestres foram aperfeiçoados pelo arranjo e conservação das estradas, pela construção de carroças maiores e mais sólidas, pelo arranjo da atrelagem de animais de cargas [...], pela construção de pontes e pela abertura de novas vias, a mais célebre das quais foi a Via Alpina de S. Gotardo, no século XIII.” (Le GOFF, Jacques. *A velha e nova Europa*. Lisboa: Gradiva, 1994, In: MOCELLIN, Renato e Camargo, Rouvane. **Passaporte para a História**. S. Paulo: Editora do Brasil, 2007, p.13).

Depois da leitura e discussão, os alunos podem concluir que a Idade Média:

- A) Aperfeiçoou diversas técnicas herdadas do mundo antigo, ao mesmo tempo em que promoveu uma aceleração do processo tecnológico dos meios de transporte, substituindo a tração animal pela utilização do vapor.
- B) Foi um período de revolução tecnológica, e nele se identifica o aperfeiçoamento de transportes e a construção de pontes e a aberturas de vias.
- C) É um termo cunhado pelos humanistas do renascimento e hoje corresponde a um período tido como criativo e dinâmico, em particular no campo das construções.



D) Registra, no campo das construções arquitetônicas, mudanças significativas como, por exemplo, a substituição do uso da madeira pela pedra e pelo ferro.

13) Ao tratar do mundo islâmico, que possui uma rica história que remonta à Idade Média, o professor discute com os alunos a influência dessa cultura no Ocidente. Para instigar a discussão, propõe a leitura da seguinte matéria do jornal O Globo:

“O Estado Islâmico, cujos insurgentes controlam faixas da Síria e do Iraque, capturaram Palmira, na região central da Síria, das forças do governo em maio de 2015, mas não são conhecidos danos às suas ruínas da era romana, apesar da reputação do grupo de destruir artefatos que eles veem como idólatras sob sua interpretação puritana do Islã”. (Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/08/estado-islamico-decapita-arqueologo-e-pendura-corpo-em-praca-de-palmira.html>. Acesso em 19 ago 2015)

Por meio de uma análise crítica, os alunos concluem que a sentença **VERDADEIRA** a respeito do exame proposto é:

A) Apesar de introduziram no continente europeu, através da Península Ibérica, novas técnicas de cultivo, habilidades de arte na representação humana e a perspectiva linear na pintura, em dias atuais os muçulmanos representam uma ameaça para os sítios arqueológicos das antigas civilizações das regiões ocupadas por eles.

B) O povo árabe, nascido na Península arábica, é composto por vários povos com culturas diversas, cujo amálgama originou a cultura islâmica/árabe, influenciada por gregos, romanos, bizantinos, indianos, persas, egípcios, judeus, hindus e chineses. Introduziram na Europa invenções importantes como o papel, a pólvora, a bússola, o astrolábio, os algarismos árabes e a álgebra. A facção do Estado Islâmico não representa o conjunto de preceitos muçulmanos.

C) A região islâmica, tendo como mentor o profeta Maomé, fundiu elementos judaicos e cristãos em uma mesma fé, espalhando-se por todo o Oriente Médio, pelo Norte da África e Península Ibérica. As contribuições da civilização islâmica para o mundo Ocidental são evidentes, entretanto, as crescentes divergências religiosas e culturais entre muçulmanos e cristãos acabaram resultando na criação do Estado Islâmico e em sua visão puritana, como apresentado na reportagem.

D) Antes do surgimento do Islamismo os árabes eram monoteístas, e a principal cidade dos islamitas é Meca. O Islamismo teve seu início marcado pelo o que ocorreu com Maomé, quando esse meditava no monte Hira. Maomé ouvira o anjo Gabriel dizer que havia um único Deus, Alá, e um único profeta, Maomé. Depois que foi aceito pelos seus parentes, começou a disseminar suas ideias e a pregar.

14) Ao inquirir sobre o conhecimento prévio que os alunos tinham a respeito da Revolução Francesa, o professor descobriu que muitos já sabiam sobre a queda da Bastilha, a guilhotina, sobre Napoleão Bonaparte e o lema “Liberdade, Igualdade e fraternidade”. Então indagou: “Por que será que nós, brasileiros, nesse início do século XXI, nos voltamos para o passado e estudamos uma revolução ocorrida há mais de 200 anos num país da Europa?”

Diante do questionamento, o professor quer que os alunos reflitam e compreendam que:



A) Os ideais da revolução francesa inspiraram os movimentos revolucionários brasileiros de fins do século XVIII e definiram a construção de uma República, cerca de cem anos depois, legitimada pelos princípios fundamentais de liberdade, cidadania e igualdade a todos.

B) Os propósitos e os atos revolucionários tiveram repercussão por toda a Europa e a América, incluindo-se movimentos libertários no Brasil colonial. A Declaração dos direitos do Homem representou a possibilidade de inserir o Homem em um novo mundo, marcado pela garantia de direitos políticos e de cidadania que norteiam os regimes democráticos.

C) Os revolucionários franceses questionaram o caráter sagrado do poder, defendido pelos reis, pela aristocracia e pela Igreja e as medidas revolucionárias da separação entre a Igreja e o Estado inspiraram D. Pedro I a organizar o estado laico brasileiro. País forte e autônomo é a grande contribuição da Revolução Francesa para o Brasil.

D) A Revolução Francesa foi um importante marco na História Moderna da nossa civilização. Significou o fim do sistema absolutista e dos privilégios da nobreza. A burguesia conduziu o processo de forma a garantir as bases de uma República burguesa, capitalista e igualitária, também presente no sistema republicano brasileiro.

15) O professor apresenta aos alunos o seguinte quadro:

	COLONIALISMO EUROPEU DO SÉCULO XVI	NEOCOLONIALISMO DO SÉCULO XIX
Área principal de dominação	América.	África, Ásia e Oceania.
Fase do capitalismo	Capitalismo mercantilista (comercial).	Capitalismo financeiro e monopolista (industrial).
Patrocinadores	Burguesia comercial e Estados metropolitanos europeus.	Burguesia financeiro-industrial e Estados da Europa, América do Norte (EUA) e Ásia (Japão).
Objetivos econômicos	<ul style="list-style-type: none">• Garantia de mercado consumidor para a produção econômica européia.• Garantia de exploração de produtos coloniais, como artigos tropicais e metais preciosos.	<ul style="list-style-type: none">• Reserva de mercado para a produção industrial.• Garantia de fornecimento de matérias-primas, como carvão, ferro, petróleo e metais não-ferrosos.• Controle dos mercados externos para investimento de capitais excedentes.
Justificativa ideológica	Expansão da fé cristã.	Missão civilizadora de espalhar o progresso técnico-científico pelo mundo.

A análise do panorama apresentado no quadro, e uma discussão geral sobre a relação entre a Europa e África durante os séculos XVI ao XIX, permite que os alunos compreendam diferentes ações da Europa sobre o continente africano. Isso permite que eles escolham uma proposição **CORRETA**:

A) O domínio europeu sobre a África aconteceu fundamentalmente com o neocolonialismo e mesmo a contragosto sobre a definição das fronteiras entre os países africanos, estabelecidas pela Conferência de Berlim (1884-85), as principais potências



européias tiveram que respeitar as questões étnicas e culturais por determinação da Organização das Nações Unidas (ONU).

B) Com a expansão islâmica, todo o norte africano foi dominado pelos árabes através da fundação de diversos califados; entretanto, a partir da Idade Moderna o avanço do colonialismo europeu recuperou definitivamente a região para o domínio cristão.

C) Os processos de independência na África, intensificados logo após a década de 1950, ocorreram através de acordos pacíficos que promoveram o endividamento e a dependência dos novos países, mas evitaram a deflagração de conflitos e guerras civis.

D) Além dos egípcios, vários outros povos habitavam o continente africano no período correspondente à chamada Idade Antiga. Com a expansão marítima europeia dos séculos XV e XVI, a costa africana foi transformada em espaço privilegiado para a formação de feitorias pelos portugueses e, conseqüentemente, em fonte de mão de obra e matéria-prima.

16) O professor inicia a aula sobre o movimento bandeirante apresentando aos alunos fragmentos de duas cartas do século XVII:

1. "... gente acostumada a penetrar sertões e tolerar as fomes, sedes e inclemências dos climas e dos tempos..." (D. Frei Manuel da Ressurreição, 1689).

2. "Nossa milícia, Senhor, é diferente da regular que se observa em todo o mundo. Primeiramente nossas tropas com que vamos à conquista do gentio bravo desse vastíssimo sertão não é de gente matriculada no livro de Vossa Majestade, nem obrigada por soldo, nem por pagamento de munição." (Carta de Domingos Jorge Velho enviada ao rei de Portugal em 1694. Disponível em: <http://exercicios.brasilecola.com/exercicios-historia-do-brasil/exercicios-sobre-bandeirantismo.htm#>. Acesso em 23 jul. 2015).

Após a análise dos dois documentos, o professor pretende que os alunos concluam, **CORRETAMENTE**, que:

A) Os bandeirantes possuíam tropas de mercenários, pagas pela metrópole, com o objetivo de exterminar indígenas.

B) Os exércitos portugueses, organizados na colônia, tinham a particularidade de serem compostos por indígenas especializados em apreender os negros da terra.

C) Algumas tribos indígenas ameaçavam a segurança dos colonos e as bandeiras eram tropas encarregadas de transportar os nativos para as reduções religiosas.

D) Muitas das bandeiras paulistas eram constituídas por exércitos particulares de mestiços, especializados em exterminar e capturar indígenas para serem escravizados.

17) "... que está para chegar o tempo feliz da nossa liberdade, o tempo em que todos seremos irmãos; o tempo em que todos seremos iguais". "A doçura da vida, o descanso do homem com igual paralelo de uns para os outros, [...] o repouso e a bem-aventurança do mundo". Disponível em <http://www.institutobuzios.org.br/revolta.html>. Acesso em 30 jun 2015)

Estes manuscritos, denominados à época de "Boletins sediciosos", incitaram a população à revolta. Os trechos acima integram um dos 13 pasquins afixados nas paredes da cidade. Ao selecionar esses trechos, o professor trabalha com os alunos:



A) A Revolução de 1798, um dos movimentos político-sociais de final do século XVIII fortemente influenciado pelo ideário de igualdade social da independência norte americana, pois reunia lideranças populares que propunham a separação política de Portugal e o fim da discriminação racial para com os negros e mulatos.

B) A Revolução dos Alfaiates que, inspirada no liberalismo francês, reunia na sua liderança homens pertencentes à elite local que utilizaram a massa, composta de negros e mulatos, para conseguir seu principal objetivo que era a liberdade de comércio e a diminuição dos impostos pagos a Portugal.

C) A Conjuração Baiana, movimento de caráter social influenciado diretamente pela revolução francesa, que reunia participantes e líderes de diferentes condições sociais, cujos ideais libertários resultou na morte . a emancipação de Portugal, a instauração de uma República, o fim da escravidão e a liberdade de comércio

D) A Inconfidência Baiana, movimento que ocorre paralelamente à Conjuração Mineira e que tinha os mesmo propósitos de lutar pela independência política do Brasil e pela implantação de um regime democrático, baseado na igualdade social entre os diferentes grupos étnicos.

18) Ao trabalhar os 70 anos do fim da Segunda Guerra Mundial, o professor apresenta aos alunos a seguinte notícia do Jornal *online* DW:

“No dia 8 de maio de 1945 a Alemanha nazista se rendeu aos aliados. Uma quantidade até então inimaginável de pessoas morreu na Europa durante o conflito: 8 milhões de alemães, 5,6 milhões de poloneses, 24 milhões de soviéticos e 6 milhões de judeus, muitos destes pelas mãos dos nazistas e seus colaboradores. A guerra matou mais de 60 milhões de pessoas na Europa e na Ásia, das quais se estima que 45 milhões eram civis”.

(Disponível em: <http://www.dw.com/pt/europa-celebra-os-70-anos-do-fim-da-segunda-guerra-mundial/a-18439471>).

Depois menciona a frase de Winston Churchill, em discurso feito no Parlamento em 21 de agosto de 1941: "Esta guerra, de fato, é uma continuação da anterior".

(Disponível em: <http://historiademestre.blogspot.com.br/2010/10/exercicios-2-guerra-mundial.htm>. Acesso em 26 jul. 2015).

Para compreenderem a afirmativa de Churchill, que confirmava a continuidade latente de problemas não solucionados na Primeira Guerra Mundial e que levaram à eclosão da Segunda Guerra Mundial, foi necessário que os alunos identificassem vários problemas então existentes, dentre eles:

A) O crescente nacionalismo e o aumento da disputa por mercados consumidores e por áreas de investimentos;

B) O desenvolvimento do imperialismo chinês da Ásia, com abertura para o Ocidente;

C) Os antagonismos austro-ingleses em torno da questão da Alsácia-Lorena;

D) A oposição ideológica que fragilizou os vínculos entre os países, enfraquecendo todo tipo de nacionalismo.

19) Para uma discussão feita em sala de aula sobre o conceito de Pré-História, o docente menciona a afirmação de alguns historiadores que consideram que a História iniciou quando a humanidade inventou a escrita. Nessa perspectiva, o período anterior à criação



da escrita é denominado Pré-História. Sobre esse assunto o professor discute **CORRETAMENTE** com os alunos que:

- A) A história e a Pré-História só podem se diferenciar pelo critério da escrita. Logo, aqueles historiadores que não concordam com essa definição estão presos a uma visão teológica da História.
- B) Esta afirmação não encontra qualquer contestação dos verdadeiros historiadores, pois ela é uma prova irrefutável de que todas as culturas evoluem para a escrita.
- C) Os historiadores que defendem a escrita como único critério que diferencia a História da Pré-História reafirmam a tradição positivista da História.
- D) A escrita não pode ser vista como critério para distinguir a História da Pré-História, pois o aspecto econômico é considerado um critério muito mais importante.

20) Ao propor uma discussão a respeito do "século das luzes", o professor seleciona dois excertos de filósofos do século XVIII:

“A tendência natural do homem é abusar do poder que lhe foi confiado. Para evitar o despotismo, a autoridade do governo deve ser desmembrada em três poderes – legislativo, executivo e judiciário” – Charles de Montesquieu.

“O governo existe pela necessidade de garantir os direitos e a segurança dos homens, mas seus poderes não podem ultrapassar os limites estabelecidos por aqueles que o escolheram”. – John Locke.

(Disponível em <http://allanbarattieri.jusbrasil.com.br/artigos/111915348/pensamentos-de-maquiavel-hobbes-locke-montesquieu-e-rousseau>. Acesso em 12 ago 2015)

Em tempos de intensas discussões sobre o papel do Estado e a questão da corrupção na sociedade brasileira, o professor reflete com os alunos a respeito dos ideais iluministas no campo da filosofia, das letras e da ciência que alimentavam esperanças de que a razão humana pudesse remodelar as instituições sociais e políticas, eliminando as injustiças e as superstições.

Sobre o Iluminismo é **CORRETO** que os alunos afirmem que:

- A) Defendia a doutrina de que a soberania do Estado absolutista garantiria os direitos individuais e eliminaria os resquícios feudais ainda existentes.
- B) Propunha a criação de monopólios estatais e a manutenção da balança de comércio favorável, para assegurar o direito de propriedade.
- C) Criticava o mercantilismo, a limitação ao direito à propriedade privada, o absolutismo e a desigualdade de direitos e deveres entre os indivíduos.
- D) Consistia na defesa da igualdade de direitos e liberdades individuais, proporcionada pela influência da Igreja Católica sobre a sociedade, através da educação.

CONHECIMENTOS GERAIS DA EDUCAÇÃO

21) Segundo L. S. Vigotski, as palavras são instrumentos culturais que medeiam o processo de autocontrole da conduta da criança. Esse autocontrole, contudo, não se origina em processos internos, mas nas relações sociais que a criança estabelece com outras pessoas, adultas e crianças. O domínio das palavras e sua utilização por parte da



criança é resultado de seu uso e internalização. Esse processo de internalização acontece em três etapas: 1 – a fala aparece na ação do outro, na fala do outro; 2 – a criança repete em voz alta para si mesma a fala das outras pessoas; 3 – a criança fala internamente para si mesma, silenciosamente, “fala em pensamento”. Como Vigotski caracteriza respectivamente a fala da criança dessas três etapas?

- A) Fala egocêntrica, fala interna e fala social.
- B) Fala social, fala egocêntrica e fala interna.
- C) Fala egocêntrica, fala interna e fala abstrata.
- D) Fala social, fala interna e fala psicológica.

22) O pensamento de Vigotski tem claras implicações para a organização pedagógica da aprendizagem. Ao demonstrar que as atividades de aprendizagem escolar ensejam processos internos de desenvolvimento, o autor mostra a gênese social do desenvolvimento psíquico. Apesar de quaisquer atividades sociais serem potencialmente geradoras de desenvolvimento psíquico, ele reitera que há especificidades na escola que favorecem esse processo: a escola planeja as atividades a serem realizadas, avalia o resultado, escolhe os conteúdos, os sequencia. Por isso a educação escolar é diferente da não-escolar. Nesses termos, como Vigotski avalia a educação escolar?

- A) É quase tão importante quanto a educação não-escolar, mas tem especificidades únicas.
- B) É importante, mas deve ser repensada mediante características individuais.
- C) É indispensável, pois na escola a criança desenvolve-se por si mesma.
- D) É indispensável, pois toma o desenvolvimento da criança como seu objeto e objetivo.

23) A Pedagogia Histórico-Crítica é uma vertente do pensamento pedagógico nascida no Brasil na década de 80. Uma de suas bandeiras principais é a defesa da transmissão pela escola do conhecimento acumulado e sistematizado historicamente pelo conjunto da humanidade. Classifique os seguintes enunciados entre verdadeiros e falsos e assinale a alternativa **CORRETA**:

I – A transmissão de conhecimento pela escola é parte decisiva para a emancipação da classe trabalhadora.

II – Os conhecimentos mais sistematizados e organizados devem ser transmitidos pela escola porque sua internalização enseja processos amplos de desenvolvimento psíquico.

III – A escola tem a responsabilidade de transmitir conhecimentos não-cotidianos (científicos, filosóficos e artísticos), pois os alunos já têm acesso aos conhecimentos cotidianos fora da escola.

IV – Partir da experiência prática do aluno e de seus conhecimentos prévios não deve significar que a escola pare neles, o ponto de chegada é sempre o conhecimento mais desenvolvido.

- A) I e II são verdadeiras, III e IV são falsas.
- B) I, II e III são verdadeiras, IV é falsa.



- C) II e IV são verdadeiras, I e III são falsas.
D) Todas são verdadeiras.

24) Autores como D. Schön, M. Tardif e P. Perrenoud, entre outros, defendem para a formação de professores que não podemos deixar de lado os conhecimentos que emergem da própria prática docente, que surgem de questões cotidianas e devem ser elaboradas para propagar um tipo de conhecimento relevante à prática docente. O conjunto dessas ideias também é conhecido como *Epistemologia da Prática* ou *Teoria do Professor Reflexivo*. Autores brasileiros como A. Arce, H. Freitas, N. Duarte e J. C. Libâneo tecem apreciações críticas a essas teorias e sustentam que elas valorizam os saberes tácitos dos professores, sua experiência prática, a imanência do conhecimento pedagógico e a adaptabilidade a situações vivenciadas. O que elas fazem de forma velada, segundo os críticos brasileiros, é descaracterizar atividade docente porque desvalorizam:

- A) O conhecimento teórico, científico e acadêmico na formação dos professores.
B) As particularidades das inúmeras situações que o professor pode encontrar em sala de aula.
C) A dificuldade de desenvolver conhecimento tácito em sistemas que impõe o material pedagógico de cima para baixo.
D) A realidade das escolas brasileiras, com número desproporcional de alunos por sala de aula e grande carga horária.

25) O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas educacionais Aníziu Teixeira (INEP) com o intuito de reunir em um único índice dois fatores: o fluxo escolar e o desempenho dos alunos. O Estado de São Paulo seguiu a tendência nacional e em 2008 lança o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP). A ideia é monitorar o desempenho dos alunos da educação básica, bem como os índices de adesão e evasão. Alguns pensadores da educação, contudo, fazem críticas a ambos os sistemas, acusando-os de gerar três problemas. Qual das alternativas **NÃO** descreve um deles?

- A) Os índices servem como formas de controle das escolas, mediante liberação de bônus financeiros de acordo com as metas atingidas.
B) A exposição dos resultados deveria fazer as comunidades envolvidas pressionarem a escola por melhores resultados, mas o que aconteceu foi um afastamento ainda maior entre escolas e comunidades.
C) Os índices revelam exatamente a condição das escolas, mas o poder público as ignora até hoje.
D) Criou-se formas de corrupção, de burlar os resultados das avaliações.

26) A Lei 11.274/2006 alterou o texto da LDB/96 e dispôs sobre o Ensino Fundamental de nove anos de duração e a matrícula obrigatória das crianças desta etapa de ensino aos seis anos de idade. Desde 2010 todas as escolas seguem a referida Lei. Nesses cinco anos de experiência com o Ensino Fundamental de nove anos, muitas mudanças surgiram da escola. Assinale a alternativa que **NÃO** traz uma delas.



- A) Houve extensivo apoio pedagógico ao corpo docente.
- B) Aumentou o número de crianças por escola.
- C) Surgiram desafios pedagógicos na nova primeira série com alunos de seis anos.
- D) Deparou-se com uma nova relação entre as exigências da escola e o nível de desenvolvimento psíquico das crianças.

27) O Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas é um documento de central importância, pois reúne em si uma concepção de educação, um ideal de formação humanística, a definição do papel da escola e do corpo docente e um currículo. Além disso, pressupõe a reunião e o debate de todas as pessoas envolvidas no processo educativo, desde gestores a pais/responsáveis de alunos. A gestão democrática e a participação coletiva são as vias da sua construção. Classifique os seguintes enunciados entre verdadeiros e falsos e assinale a alternativa **CORRETA**. Por meio do PPP:

- I - Os membros da comunidade tomam consciência do seu papel no processo pedagógico das crianças.
- II - Cria-se critérios coletivos para a eleição de temas e conteúdos a serem trabalhados pela escola.
- III - A equipe escolar não encontra dificuldades de ampliar a discussão e conquistar adesão da comunidade no processo participativo.
- IV - Cria-se uma identidade local para cada escola, organizadas sobre um projeto educacional amplo, mas ajustadas às necessidades locais.

- A) Todas são verdadeiras.
- B) I, II e III são verdadeiras e IV é falsa.
- C) I, II e IV são verdadeiras.
- D) I e IV são verdadeiras, II e III são falsas.

28) Desde 2002, com a promulgação da Lei 10.436, LIBRAS foi considerada a segunda língua oficial do Brasil. Desde então a legislação determina que os cursos de licenciatura e fonoaudiologia ofereçam LIBRAS como disciplina obrigatória. Contudo, novos alunos com deficiência auditiva entram nas escolas e muitas vezes encontra-se ainda dificuldades na comunicação e em educá-los. Isso se deve ao fato de que:

- A) Os profissionais em formação não dão importância para o ensino de LIBRAS.
- B) Os cursos de licenciatura e pedagogia não oferecem de fato a disciplina de LIBRAS.
- C) A linguagem ensinada nas universidades não corresponde à realmente usada pela comunidade de deficientes visuais.
- D) LIBRAS é um idioma e as exigências do ensino de qualquer idioma (tempo e treinamento especial) não são atendidos pelos cursos de graduação, pois frequentemente dedica-se apenas 01 (um) semestre à esta disciplina.

29) Recentemente tem-se divulgado em amplos meios de comunicação que muitas escolas públicas de diversos estados da União têm cedido sua administração para outro órgão público não-escolar. No estado de Goiás, por exemplo, as escolas administradas



pelo referido órgão passaram de dezoito para vinte e seis nas últimas férias escolares (julho de 2015). Em Minas Gerais este número chega a vinte e dois e na Bahia, a treze. A medida tem causado polêmica e a justificativa desse processo é o disciplinamento, a eficiência e a melhora do desempenho dos alunos. Que órgão não-escolar é esse que tem se feito institucionalmente presente nas escolas públicas brasileiras?

- A) As Secretarias Municipais da Saúde.
- B) A Polícia Militar.
- C) As Secretarias Estaduais de Cultura.
- D) O Ministério Público Estadual.

30) A LDB/96 define que a educação é uma tarefa coletiva, que envolve a participação de toda a equipe escolar, bem como da comunidade atendida, mais especificamente das famílias dos alunos. A gestão escolar deve ser democrática, seguindo os parâmetros constitucionais, com ampla participação do corpo docente e da comunidade. Segundo a legislação, qual é o principal veículo de participação da comunidade no cotidiano da escola?

- A) A associação de pais e mestres.
- B) Os conselhos escolares.
- C) As datas e festas comemorativas.
- D) Os conselhos de classe.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o texto.

A riqueza da Bruzundanga

QUANDO abrimos qualquer compêndio de geografia da Bruzundanga; quando se lê qualquer poema patriótico desse país, ficamos com a convicção de que essa nação é a mais rica da terra.

"A Bruzundanga, diz um livro do grande sábio Volkate Ben Volkate, possui nas entranhas do seu solo todos os minerais da terra.

"A província das Jazidas tem ouro, diamantes; a dos Bois, carvão de pedra e turfa; a dos Cocos, diamantes, ouro, mármore, safiras, esmeraldas; a dos Bambus, cobre, estanho e ferro. No reino mineral, nada pede o nosso país aos outros. Assim também no vegetal, em que é sobremodo rica a nossa maravilhosa terra.

"A borracha, continua ele, pode ser extraída de várias árvores que crescem na nossa opulenta nação; o algodoeiro é quase nativo; o cacau pode ser colhido duas vezes por ano; a cana-de-açúcar nasce espontaneamente; o café, que é a sua principal riqueza, dá quase sem cuidado algum e assim todas as plantas úteis nascem na nossa Bruzundanga com facilidade e rapidez, proporcionando ao estrangeiro a sensação de que ela é o verdadeiro paraíso terrestre".

Nesse tom, todos os escritores, tanto os mais calmos e independentes como os de encomenda, cantam a formosa terra da Bruzundanga.



Os seus acidentes naturais, as suas montanhas, os seus rios, os seus portos são também assim decantados. Os seus rios são os mais longos e profundos do mundo; os seus portos, os mais fáceis ao acesso de grandes navios e os mais abrigados, etc., etc.

Entretanto, quem examinar com calma esse ditirampo e o confrontar com a realidade dos fatos há de achar estranho tanto entusiasmo.

A Bruzundanga tem carvão, mas não queima o seu nas fornalhas de suas locomotivas. Compra-o à Inglaterra, que o vende por bom preço. Quando se pergunta aos sábios do país porque isto se dá, eles fazem um relatório deste tamanho e nada dizem. Falam em calorias, em teor de enxofre, em escórias, em grelhas, em fornalhas, em carvão americano, em briquettes, em camadas e nada explicam de todo. Os do povo, porém, concluem logo que o tal carvão de pedra da Bruzundanga não serve para fornalhas, mas, com certeza, pode ser aproveitado como material de construção, por ser de pedra.

O que se dá, com o carvão, dá-se com as outras riquezas da Bruzundanga. Elas existem, mas ninguém as conhece. O ouro, por exemplo, é tido como uma das fortunas da Bruzundanga, mas lá não corre uma moeda desse metal. Mesmo, nas montras dos cambistas, as que vemos são estrangeiras. Podem ser turcas, abexins, chinas, gregas, mas do país não há nenhuma. Contudo, todos afirmam que o país é a pátria do ouro.

O povo da Bruzundanga é doce e crente, mais supersticioso do que crente, e entre as suas superstições está esta do ouro. Ele nunca o viu, ele nunca sentiu o seu brilho fascinador; mas todo o bruzundanguense está certo de que possui no seu quintal um filão de ouro.

Com o café dá-se uma cousa interessante. O café é tido como uma das maiores riquezas do país; entretanto é uma das maiores pobreza. Sabem por quê? Porque o café é o maior "mordedor" das finanças da Bruzundanga.

Eu me explico. O café, ou antes, a cultura do café é a base da oligarquia política que domina a nação. A sua árvore é cultivada em grandes latifúndios pertencentes a essa gente, que, em geral, mal os conhece, deixando-os entregues a administradores, senhores, nessas vastas terras, de baração e cutelo, distribuindo soberanamente justiça, só não cunhando moeda, porque, desde séculos, tal cousa é privilégio do Rei.

Os proprietários dos latifúndios vivem nas cidades, gastando à larga, levando vida de nababos e com fumaças de aristocratas. Quando o café não lhes dá o bastante para as suas imponências e as da família, começam a clamar que o país vai à garra; que é preciso salvar a lavoura; que o café é a base da vida econômica do país; e - zás - arranjam meios e modos do governo central decretar um empréstimo de milhões para valorizar o produto.

Curiosos economistas que pretendem elevar o valor de uma mercadoria cuja oferta excede às necessidades da procura. Mais sábios, parece, são os donos de armário que dizem vender barato para vender muito...

Arranjando o empréstimo, está a coisa acabada. Eles, os oligarcas, nadam em ouro durante cinco anos, todo o país paga os juros e o povo fica mais escorchado de impostos e vexações fiscais. Passam-se os anos, o café não dá o bastante para o luxo dos doges, dogaresas e dogarinhas da baga rubra, e logo eles tratam de arranjar uma nova valorização.

A manobra da "valorização" consiste em fazer que o governo compre o café por um preço que seja vantajoso aos interessados e o retenha em depósito; mas, acontece que os interessados são, em geral, governo ou parentes dele, de modo que os interessados fixam para eles mesmos o preço da venda, preço que lhes dê fartos lucros,



sem se incomodar que "o café" venha a ser, senão a pobreza, ao menos a fonte da pobreza da Bruzundanga, com os tais empréstimos para as valorizações.

Além disto, o café esgota as terras, torna-as maninhas, de modo que regiões do país, que foram opulentas pela sua cultura, em menos de meio século ficaram estéreis e sáfaras.

Sobre a cultura do café nas terras da Bruzundanga, eu podia muito dizer e podia também muito epilogar. Não me despeço do assunto totalmente; talvez, mais tarde volte a ele. Há matéria para escrever sobre ela, muito; dá tanto assunto quanto os matadouros de Chicago.

O cultivo da cana e o fabrico de aguardente e açúcar são matéria de que me abstenho de tratar. Abstenho-me porque lá diz o ditado que, com teu amo, não jorges as peras. Le sage...

A riqueza mais engraçada da Bruzundanga é a borracha. De fato, a árvore da borracha é nativa e abundante no país. Ela cresce em terras que, se não são alagadiças, são doentias e infestadas de febres e outras endemias. A extração do látex é uma verdadeira batalha em que são ceifadas inúmeras vidas. É cara, portanto. Os ingleses levaram sementes e plantaram a árvore da borracha nas suas colônias, em melhores condições que as espontâneas da Bruzundanga. Pacientemente, esperaram que as árvores crescessem; enquanto isto, os estadistas da Bruzundanga taxavam a mais não poder o produto.

Durante anos, essa taxa fez a delícia da província dos Rios. Palácios foram construídos, teatros, hipódromos, etc.

Das margens do seu rio principal, surgiram cidades maravilhosas e os seus magnatas faziam viagens à Europa em iates ricos. As cocottes caras infestavam as ruas da cidade. O Eldorado...

Veio, porém, a borracha dos ingleses e tudo foi por água abaixo, porque o preço de venda da Bruzundanga mal dava para pagar os impostos. A riqueza fez-se pobreza...

A província deixou de pagar as dívidas e houve desembargadores dela a mendigar pelas ruas, por não receberem os vencimentos desde mais de dois anos.

Eis como são as riquezas do país da Bruzundanga.

(BARRETO, Lima. *A riqueza da Bruzundanga*. In: *Os bruzundangas*. São Paulo. Ática, 1985.)

31) Observa-se que o texto de Lima Barreto faz referência, de maneira irônica, aos sábios da Bruzundanga. A alternativa que justifica a afirmação feita é:

- A) "... eles fazem um relatório deste tamanho e nada dizem."
- B) "... tanto os mais calmos e independentes como os de encomenda, cantam a formosa terra da Bruzundanga."
- C) "... concluem logo que o tal carvão de pedra da Bruzundanga não serve para fornalhas..."
- D) "...como são as riquezas do país da Bruzundanga."

32) No texto, o narrador atribui a responsabilidade pelo excesso de impostos pagos pelo povo a uma classe social, trata-se:

- A) Dos cafeicultores, que representam a classe empreendedora.
- B) Dos latifundiários, que representam a elite.
- C) Dos economistas, que representam os sábios.



D) Dos artistas, que representam a elite estrangeira.

33) A expressão usada pelo narrador que referencia o mito do paraíso terrestre, do Eldorado surgido na literatura de informação, no século XVI, encontra-se na alternativa:

- A) “O Eldorado...”
- B) “Eis como são as riquezas do país...”
- C) “...ela é o verdadeiro paraíso terrestre.”
- D) “o café”

34) “Entretanto, quem examinar com calma esse ditirambo e o confrontar com a realidade dos fatos há de achar estranho tanto entusiasmo...”

O escritor emprega a conjunção “entretanto”, sabe-se que essa conjunção é usada para apresentar uma adversidade, uma oposição. Tendo em vista o emprego dessa expressão no texto, pode-se observar que o escritor teve a pretensão de ressaltar, ao usá-la, que

- A) Há uma coerência entre a riqueza de Bruzundanga e o que se fala dessa riqueza.
- B) Há uma relação harmoniosa entre a realidade cultural em Bruzundanga e a riqueza local.
- C) Há uma concordância entre a visão do povo e a visão os estrangeiros em relação às riquezas de Bruzundanga.
- D) Há uma incoerência entre a realidade de Bruzundanga e o que se fala das riquezas da terra.

35) “...todos afirmam que o país é a pátria do ouro.”

Tendo em vista a leitura do texto, pode-se afirmar que:

- A) Trata-se de uma ironia, pois no local não se usa esse metal como moeda corrente.
- B) Trata-se de uma metáfora, pois o ouro referido no texto é a moeda estrangeira.
- C) Trata-se de uma ironia, pois somente os estrangeiros fazem uso desse metal como moeda.
- D) Trata-se de uma metáfora usada para referenciar o mercado econômico que é próspero em Bruzundanga.

36) Observe:

“ Os proprietários dos latifúndios vivem nas cidades, gastando à larga, levando a vida de nebabos e com fumaças de aristocratas.”

No trecho acima é usada a expressão “à larga”, o uso da crase, nessa expressão se justifica porque:

- A) Trata-se de uma expressão adverbial feminina de modo.
- B) Trata-se de uma expressão adverbial que indica “à moda de”.
- C) Trata-se de uma expressão adverbial que indica temporalidade, horário.



D) Trata-se de uma expressão adverbial que indica uma localidade.

37) Leia: “ Com o café dá-se uma coisa interessante.” Tendo em vista a palavra “interessante”, pode-se afirmar que:

A) Trata-se de um objeto direto que faz referência à forma como é vista a cultura do café em Bruzudanga.

B) Trata-se de um predicativo do sujeito, pois qualifica o café, nesse caso, fazendo uma referência à cultura desse produto.

C) Trata-se de um predicativo do objeto, pois faz referência ao termo “coisa” que indica a forma interessante como é comercializada tal riqueza em Bruzundanga.

D) Trata-se de um aposto, pois explica a forma como é conduzida a “coisa do café” em Bruzundanga.

38) “Falam em calorias, em teor de enxofre, em escórias, em grelhas, em fornalhas...” O sujeito contextual do verbo “falam”, usado no trecho acima é:

A) Os moradores de Bruzundanga.

B) Os relatórios.

C) Os sábios.

D) Os ingleses.

39) No que se refere ao uso da regência - verbal e nominal – o uso correto da crase ocorre em:

A) Prefere-se em Bruzunganda o investimento governamental à um trabalho mais eficaz nas lavouras de café.

B) O café, em Bruzundanga, esgota às terras de modo que, em menos de meio século, elas ficaram estéreis.

C) A primeira parte do texto “A riqueza de Bruzundanga” refere-se, de modo genérico, às riquezas do país ficcional.

D) O texto faz referência à um país ficcional, porém é possível identificar uma crítica a política e economia brasileira da época.

40) A concordância verbal **NÃO** está correta na alternativa

A) Isto são questões da riqueza de Bruzundanga.

B) Em Bruzundanga, o paraíso terrestre foram só impostos cobrados ao povo.

C) O que admiro nesse país fictício são os investimentos.

D) Cinco mil reais eram suficiente para pagar a dívida de Bruzundanga.

LEGISLAÇÃO



41) Segundo a Lei 5.999/2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salário - PCCS, dos servidores específicos da área da educação do município, a progressão por mérito profissional (PMP) dar-se-á de forma horizontal, mediante avaliação de desempenho e desenvolvimento. Essa avaliação de desempenho e desenvolvimento do servidor é o processo que adota fatores, parâmetros e metas pré-estabelecidas, portanto deve ser abrangente e contemplar alguns itens. Analise a relação abaixo:

- I - Os diferentes aspectos da sua formação e os níveis de complexidade das atividades desempenhadas pelas equipes de trabalho.
- II - A capacidade técnica educacional no contexto da infraestrutura das Unidades Escolares.
- III - A avaliação das chefias imediatas e a auto-avaliação do servidor.
- IV - A repercussão dos processos de desenvolvimento sobre o serviço prestado à população.
- V - A produtividade, a qualidade dos serviços e a pontualidade na entrega.

Da relação acima, é **CORRETO** afirmar que fazem parte do estabelecido no §2º, do artigo 15, da Lei 5.999/10, para serem contemplados na avaliação do servidor, os itens:

- A) I, II, III e V apenas.
- B) II, III, IV e V apenas.
- C) I, III e IV apenas.
- D) I, II, III, IV e V.

42) De acordo com o previsto no art. 4º da LDB, Lei 9394/96, o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado, dentre outras, mediante a garantia de:

- A) Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: pré-escola; ensino fundamental e ensino médio.
- B) Educação básica obrigatória e gratuita dos 7 (sete) aos 18 (dezoito) anos de idade, organizada da seguinte forma: ensino fundamental e ensino médio.
- C) Educação básica obrigatória e gratuita dos 6 (seis) aos 18 (dezoito) anos de idade, organizada da seguinte forma: ensino fundamental e ensino médio.
- D) Educação básica obrigatória e gratuita dos 0 (zero) aos 18 (dezoito) anos de idade, organizada da seguinte forma: creche; educação infantil; pré escola; ensino fundamental e ensino médio.

43) Tendo em vista o que o ECA (Lei 8069/90) determina que deve ser assegurado à criança e ao adolescente, pelo estado, visando garantir seu direito à educação, ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, analise os itens a seguir:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- II - direito de ser respeitado por seus educadores.
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.
- IV - direito de organização e participação em entidades estudantis.



V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Fazem parte do prescrito no art. 53, da lei 8069/90, o contido nos itens:

- A) I, II, IV e V apenas.
- B) II, III e IV apenas.
- C) I, II, III, IV e V.
- D) I, II, III e IV apenas.

44) As Alternativas abaixo representam princípios e diretrizes que norteiam o Plano de Cargos, Carreiras e Salário – PCCS, constantes do art. 3º Da Lei 5.999/10, à **EXCEÇÃO** de uma delas, assinale-a:

- A) Equidade – fica assegurado o tratamento igualitário para os profissionais integrantes dos cargos iguais ou assemelhados, entendido como igualdade de direitos, obrigações e deveres.
- B) Publicidade e Transparência – todos os fatos e atos administrativos referentes a este Plano de Cargos, Carreiras e Salário - PCCS serão públicos, garantindo total e permanente transparência.
- C) Concurso Público – é a única forma de ingressar na Carreira da Educação.
- D) Legalidade – Enquanto agente público o servidor só pode fazer as coisas sob a regência da lei imposta. Portanto só pode fazer o que a lei lhe autoriza.

45) Analise o exposto abaixo:

Os objetivos da formação básica das crianças, definidos para a Educação Infantil, prolongam-se durante os anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente no primeiro, e completam-se nos anos finais, ampliando e intensificando, gradativamente, o processo educativo, mediante:

- I - desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.
- II - foco central na alfabetização, ao longo dos 3 (três) primeiros anos.
- III - compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da economia, da tecnologia, das artes, da cultura e dos valores em que se fundamenta a sociedade.
- IV - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores.
- V - fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de respeito recíproco em que se assenta a vida social.

De acordo com o artigo 24 da Resolução CNB/CEB nº 04/2010 podemos afirmar que está **CORRETO** o exposto nos itens:

- A) I, III e IV apenas.
- B) I, II, III, IV e V.
- C) I, II e V apenas.
- D) I, II, III e IV apenas.



46) A Educação Especial, como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, é parte integrante da educação regular, devendo ser prevista no projeto político-pedagógico da unidade escolar. As orientações listadas nos itens abaixo são as orientações fundamentais que, segundo o previsto no § 3º do art. 29 da Resolução CNB/CEB nº 04/2010, os sistemas de ensino devem observar na organização desta modalidade, à **EXCEÇÃO** de uma, assinale-a:

- A) O pleno acesso e a efetiva participação dos estudantes no ensino regular.
- B) A oferta do atendimento educacional especializado, no caso de alunos que apresentem deficiência intelectual, deficiências múltiplas e transtornos globais de desenvolvimento, prioritariamente em Classes Regidas por Professor Especializado (CRPE), com apoio do Serviço de Apoio Pedagógico Especializado (SAPE).
- C) A acessibilidade arquitetônica, nas comunicações e informações, nos mobiliários e equipamentos e nos transportes.
- D) A articulação das políticas públicas intersetoriais.

47) A LDB, Lei nº 9394/96, em seu título IV, trata da Organização da Educação Nacional, determina que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizem, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino, assim como estabelece a competência de cada um deles. Assinale a alternativa abaixo que apresenta uma competência que é referente e prioritária para os municípios:

- A) Estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum.
- B) Assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto quanto aos cursos e exames supletivos, e assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual.
- C) Oferecer à educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.
- D) Definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público.

48) Leia as alternativas abaixo e, segundo o prescrito no Título III da LDB, Lei 9394/96, que trata do Direito à Educação e do Dever de Educar, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) É dever do Estado garantir educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade.



B) É dever do Estado garantir vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 6 (seis) anos de idade.

C) O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas, dentre outras, a seguintes condições: autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

D) É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade.

49) Tendo em vista o prescrito nos art. 1º ao 4º da Resolução CNE/CEB 02/2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades, é **CORRETO** afirmar que:

A) O atendimento escolar dos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais terá início no 1º ano do ensino fundamental, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado.

B) Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

C) Compete exclusivamente aos sistemas estaduais de ensino conhecer a demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, repassando-a aos demais sistemas.

D) Compete unicamente aos sistemas municipais de ensino constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e dêem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva, disponibilizando este suporte aos demais sistemas.

50) De acordo com o previsto no artigo 6º do Plano de Cargos, Carreiras e Salário – PCCS, Lei 5.999/2010, o desenvolvimento na carreira do magistério dar-se-á:

A) Por proposta da Câmara Municipal e sanção do Executivo, ouvida a Secretaria Municipal de Educação e considerada a avaliação das chefias imediatas e a auto-avaliação do servidor.

B) Por Concurso Público de Provas e ou Provas e Títulos, ressalvados os cargos de livre exoneração e nomeação.

C) Por promoção, por progressão e por acesso.

D) Por proposta do Executivo e aprovação da Câmara Municipal, ouvida a Secretaria Municipal de Educação, assegurada a participação bilateral entre os servidores e o Órgão Gestor da Educação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Recursos Humanos